1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32

ATA DE REUNIÃO
COMISSÃO MUNICIPAL DE TRANSPORTES DE SANTOS

24ª Reunião Ordinária

Ao décimo quinto dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas e vinte minutos, na sala de treinamento, situada na Rua Henrique Porchat, nº 47 Vila Nova, Santos/SP no Parque Tecnológico, teve início a vigésima quarta reunião ordinária da Comissão Municipal de Transportes de Santos, com a presença dos membros e/ou suplentes. Presentes os seguintes conselheiros: Flavio Balula Junior (OC), Rodrigo Franco Pinto (SEMAM), Luzia Helena Antonio Bento Bergamo (SEDUC), Roberto de Faria (OAB), Luccas Santos da Cunha (CMJ), Murilo Barletta (CET), Edson Zacarias de Lima (CET), Alcione de Araújo Simões (CONDEFI), Sonia Maria Tavares da Luz (SECC), Nilton Oliveira (ATMAS), Antonio Carlos Domingues da Costa (ATMAS). Presente, também na reunião o senhor Bonifácio Rodrigues H. Filho (7º CONSEG) e o senhor João Carlos de Faria (ACAT) e o palestrante da reunião o senhor Marco Fabrício Vieira. Justificaram a ausência os representantes da SEGOV. Após aguardar o tempo regular, o presidente Luccas iniciou a 24ª reunião ordinária da CMTS pelo primeiro Item de pauta - Leitura, discussão e aprovação da ata anterior. Perguntado se havia alguma consideração a fazer na ata, nada foi apresentado, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida inverteu a ordem de pauta e iniciou pelo terceiro Item – Apresentação das Regras de circulação para bicicletas elétricas, patinetes (autopropelidos), ciclomotores. Dada a palavra para o senhor Marco Vieira, representante da Câmara Temática de Esforço Legal – CTEL do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), (CETTRAN) e da CET-Santos. Principiou apresentando um comparativo de veículos de mobilidade urbana: Bicicleta elétrica – com pedais; velocidade limitada a 32 km/h; não exige CNH; proibidas em vias de trânsito rápido e rodovias. Equipamento autopropelido – sem pedais; não exige CNH; velocidade

33 nas ciclovias, ciclofaixas 20 km/h ou borde de vias ate 40 km/h, com medidas de
34 um e trinta de comprimento e setenta de largura. Ciclomotor – até 3 rodas;
35 velocidade até 50 km/h exige CNH A ou ACC; proibido em ciclovias, vias rápidas
36 ou rodovias; capacete obrigatório. Motocicleta/Motoneta – CNH A, sujeitas a todas
37 as normas do CTB. (Motocicleta posição sentado e Motoneta posição em pé). E
38 em relação as Scooters – disse que é um termo genérico para veículos elétricos e
39 a classificação legal depende da potência, velocidade e inexistência de pedais
40 podem ser autopropelidos, ciclomotores, motocicletas ou motonetas. Destacou
41 que essa modalidade cresceu no Brasil pela praticidade, economia e menor
42 impacto ambiental e são fatores cada vez mais adotados pelas cidades de São
43 Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Bem como, na Europa,
44 Estados Unidos e Ásia. São considerados de micromobilidade elétrica, pois a
45 locomoção é de curta distância. Esses modais teve a primeira Resolução
46 CONTRAN nº 315 de 08 de maio de 2009 – Que *"Estabelece a equiparação dos*
47 *veículos ciclo-elétricos, aos ciclomotores e os equipamentos obrigatórios para*
48 *condução nas vias públicas abertas à circulação"*. E a Resolução CONTRAN nº 996
49 de junho de 2023 – Que *"Dispõe sobre o trânsito em via pública, de ciclomotores,*
50 *bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autopropelidos"*. Essa
51 resolução define critérios técnicos e comportamentais para cada categoria. Disse
52 que essas regras estão muito aquém da realidade e essas modalidades de
53 locomoção causa muitos problemas para o município e um deles, devido as
54 bicicletas elétricas serem equiparadas com as bicicletas comuns. É dada a
55 denominação autopropelidos para os equipamentos de mobilidade urbana
56 individual. Existem vários tipos de autopropelidos, como (patinetes, haveboards,
57 skates elétricos e monociclos), como por exemplo as plataformas do Porto; os
58 carrinhos de mão, alguns desses carrinhos tem acelerador e até cadeirinha e estão
59 sendo muito usados em SP, na região da 25 de março no Centro. Relatou que eles
60 não são caracterizados como equipamentos de mobilidade urbana, porém causam
61 impacto no trânsito e deverá ser abordado de outra maneira, sendo
62 regulamentado e fiscalizado, através de uma legislação municipal. Prossequindo
63 explicou que a cidade possui ciclovias nas principais avenidas favorecendo, ainda
64 mais o uso de bicicletas e veículos elétricos. Com vantagens de redução de tempo

65 de trajeto em até 40% e a ausência de geradores de poluentes. Nas ciclovias a
66 circulação é limitada em 25km/h e devem obedecer a sinalização da via.
67 Atualmente a resolução está em tramitação na câmara para ser atualizada, com
68 propostas de redução, dessa velocidade, pois a legislação do manual brasileiro de
69 sinalização de trânsito cita que toda R19 tem que ser múltiplo de dez, as placas
70 devem ter 10, 20, 30 ou 40. As bicicletas não podem circular em vias rápidas e
71 rodovias, exceto se tiver acostamento ou via própria. O senhor Bonifácio
72 perguntou a respeito do uso de pisca alerta e sobre o capacete de segurança para
73 as bicicletas. O senhor Marco disse que geralmente elas já vem com as setas de
74 freios e a legislação brasileira no CTB não exige o capacete, apesar dos índices de
75 acidentes estarem sendo monitorados, para embasar uma regulamentação. O
76 município de Santos é pioneira e disciplina o uso desses veículos, através da
77 Legislação Municipal nº 4.221 de 28 de junho de 2023 – Que “*Regulamenta a*
78 *circulação de equipamentos individuais de autopropelidos, bicicletas motorizadas e*
79 *congêneres em vias públicas, ciclovias e ciclofaixas do município de Santos e dá*
80 *outras providências*”. Finalizando, destacou que a Companhia de Engenharia de
81 Trânsito intensificou a fiscalização e dispositivos que excedem a potência ou
82 velocidade permitidas tem sido apreendidos e encaminhados ao pátio, com
83 aplicações de multas aos condutores irregulares. E, ainda destacou que o prazo
84 final para adequação de ciclomotores, segundo a Resolução 996/2023, se encerra
85 em 31 de dezembro de 2025, após essa data, o não licenciamento ou uso sem
86 habilitação poderá implicar penalidades como multas e apreensão do veículo.
87 Logo, após o presidente Luccas agradeceu ao senhor Marco Vieira a excelente
88 explanação e seguiu para o segundo Item – Atualização do Regimento Interno.
89 Ressaltou a importância de se atualizar alguns itens do Regimento, conforme,
90 Decreto nº 9.995 de vinte e sete de março de 2023, o artigo quinto passou a
91 revigorar a seguinte redação “*A Comissão Municipal de Transportes será composta*
92 *por quatorze membros titulares, com os respectivos suplentes assegurada a*
93 *paridade do Poder Executivo e da Sociedade Civil*”, porém o Decreto nº 10.579 de
94 *dezesseis de outubro de 2024, foi acrescido a alínea "g" no Decreto nº 6.445 de*
95 *junho de 2013, acrescido um representante da Secretaria Municipal de Assuntos*
96 *Estratégicos e na alínea "h" um representante da Câmara dos Dirigentes Lojistas*

97 *de Santos – CDL Santos.* No artigo doze do regimento cita as reuniões toda sexta-
98 feira do mês, definindo, assim na primeira quinta-feira do mês, ou na segunda
99 quinta caso haja alguma intercorrência. No artigo trinta e um, consta mandato de
100 um ano para a gestão de presidente e vice-presidente, porém dois anos para os
101 membros, com a nova adequação seria mandato de dois anos para ambos. A
102 plenária aprovou a pauta. Quarto item de pauta criação do Comitê Temático: a
103 senhora Alcione sugeriu verificarem quantos veículos vendidos de forma
104 irregulares, como foi citado dos autoprelidos; a acessibilidade das vias e
105 deliberar sobre as vagas que foram tiradas para deficientes, gestantes e idosos,
106 devido as obras do VLT. Decidido apresentarem essas demandas na próxima
107 reunião e nomear seus representantes no grupo temático. Quinto Item Assuntos
108 Gerais: O senhor Bonifácio sugeriu o envio da ata antes de sua aprovação em
109 plenário. Orientado a acompanhar, a ata aprovada, disponibilizada no portal dos
110 conselhos pelo site <https://www.santos.sp.gov.br/?q=portal/conselhos>. A senhora
111 Alcione em visita técnica nas plataformas do VLT disse que foram muito bem
112 recebidos. E explicado que o vão entre as plataformas existe para evitar choque
113 entre os vagões e a plataforma, sendo crucial para a segurança dos passageiros
114 uma vez que existe a sincronia entre as portas que impedi que o passageiro fique
115 preso entre elas. E todas as estações do VLT já estão com as rampas de acesso. E
116 é dado um suporte ao cadeirante, desde do embarque até o desembarque. O
117 senhor Edson informou também sobre a visita realizada na garagem da Viação
118 Piracicabana, permissionária do serviço de transporte público coletivo de Santos,
119 com a participação de membros do CONDEFI, Sra. Roseli e Sr. José Carlos (que
120 também participaram na visita ao VLT), nesta visita foi explicado os processos de
121 manutenção dos elevadores dos coletivos, bem como os técnicos ouviram as
122 sugestões de melhorias a serem realizadas na frota. Os técnicos da
123 Permissionária, se prontificaram de repassar as sugestões para os representantes
124 da fabricante de carroceria dos coletivos. O senhor Antonio disse que foi vinculado
125 no instagram sua participação em um vídeo sobre a prioridade do idoso no
126 transporte público. O senhor Edson esclareceu que o assunto ônibus elétrico está
127 em pauta, inclusive a diretoria da Permissionária esteve em visita à China para
128 tratar desse assunto. Sem outras manifestações a apresentar o presidente

129 agradeceu a presença de todos e nada mais havendo a tratar deu encerrada a
130 reunião às doze horas e vinte e seis minutos. Eu, Jane Maria Malta, lavrei a
131 presente Ata, que foi assinada por mim, bem como pelos presentes.

132

133 Participantes:

134

135 Luzia Helena Antonio Bento Bergamo (SEDUC)

136

137 Flávio Balula Júnior (OC)

138

139 Rodrigo Franco Pinto (SEMAM)

140

141 Edson Zacarias de Lima (CET)

142

143 Murilo Amado Barletta (CET)

144

145 Alcione de Araújo Simões (CONDEFI)

146

147 Roberto de Faria (OAB)

148

149 Luccas Santos da Cunha (CMJ)

150

151 Antonio Carlos Domingues da Costa (ATMAS)

152

153 Nilton Oliveira (ATMAS)

154

155

156

157